

Professor discute salário com GDF

17-11-1986

JORNAL DO BRASIL 10 ABR 1986

A manifestação dos professores da Fundação Educacional ontem à tarde, em frente ao Palácio do Buriti, começou ao som de rock. "Inútil, a gente somos inútil" — gritava o grupo Ultra-je a Rigor através do sistema de som montado para dar voz aos mais de mil manifestantes. Passada a sessão musical, vários oradores se revezaram ao microfone enquanto esperavam o resultado das negociações entre uma comissão de professores e o secretário da Educação, Fábio Bruno, que somente aceitou discutir os itens não econômicos da pauta de reivindicações dos professores. O que se refere a salários será tratado hoje com o chefe do gabinete civil, Guy de Almeida.

Quanto aos pleitos econômicos os professores se uniram ao restante das categorias de servidores do sistema administrativo do GDF, ao todo 19 empresas, incluídas as fundações. Eles vão pedir hoje ao governo a complementação dos reajustes concedidos dentro das normas ditas pela nova política econômica do governo, de modo a conseguir 105 por cento de reajuste, ou seja, o IPCA integral dos seis meses anteriores a março. Além da reposição os servidores querem 8 por cento de aumento real de salário e

unificação da data-base dos dissídio. A data preferida é 1º de maio, a partir de 1987.

Para Fábio Bruno, não haverá problemas no atendimento das reivindicações não-salariais, pois ele considera que agora está se ampliando o acordo coletivo no setor de relações de trabalho conseguido no ano passado pelos professores. Fábio Bruno considera que este acordo coletivo repetirá o sucesso do que foi firmado no ano passado, na sua opinião o "melhor acordo celetista que se pôde fazer, com cláusulas as mais justas possíveis, a nível do país inteiro".

Fábio Bruno disse também que hoje o Conselho Diretor da Fundação Educacional se reúne para tratar da adoção de um Plano de Carreira para os professores. O texto original deste plano, assinado ao final da greve do ano passado, foi modificado em alguns itens pela comissão técnica do governo indicada para estudar sua viabilização. Depois de discutido e aprovado, provavelmente com uma terceira versão, o Plano de Carreira segue para o Conselho de Política Salarial do governo. Como deverá exigir novos esforços orçamentários, o Plano deverá ser ainda submetido aos órgãos federais para então ser adota-

do.

O professor Aurélio Anchises, presidente interino do Sindicato dos Professores e um dos negociadores da pauta de reivindicações, considera que mesmo alguns dos pleitos não-econômicos serão de difícil negociação. Um deles, a concessão de licença não-remunerada de até quatro anos para quem já tem mais de três anos na Fundação, não deverá ser aceito. Outros, no entanto, estão sendo concedidos, como a licença-amamentação, que é previdência não paga, a Fundação deverá assumir. A estabilidade no emprego após um ano de serviço e o adicional noturno para professores que permanecerem em sala de aula após as 22 horas já foram aceitos pela Fundação Educacional.

Somente no final da tarde de hoje é que os professores, e de resto os outros servidores do governo, saberão se terão suas reivindicações salariais aceitas. Embora não tenha havido nenhum pronunciamento a respeito, dificilmente os servidores conseguirão o aumento e o reajuste pleiteados, já que o governo vem alegando que a nova política econômica exige sacrifícios também dos trabalhadores, os quais serão recompensados com a recuperação do poder aquisitivo.